EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O mundo de hoje vive uma das maiores epidemias de sua história. De maneira silenciosa e muitas vezes sem ser percebida pelo Poder Público e pela sociedade civil, ela vêm crescendo assustadoramente no último período. Prejudica famílias, acarreta danos irreversíveis à saúde, é uma das responsáveis pelo crescimento de diversas mazelas da nossa sociedade, como a violência urbana e a exploração sexual de crianças e de adolescentes, e ocasiona a morte.

Estamos falando do *crack*. Uma potente droga dos dias atuais que provoca a dependência química desde a sua primeira utilização. Chamada de “pedra”, ela é um composto sólido produzido a partir da cocaína e do bicarbonato de sódio ou da amônia. A forma de uso – ela é fumada – torna a “pedra” a droga mais potente na atualidade, atingindo rapidamente o pulmão, a corrente sanguínea e o cérebro, e causando uma dependência de difícil reversão. Ela não tem cheiro, é de efeito imediato, de baixo custo e fácil de encontrar nas ruas da nossa Cidade. Tal facilidade e a falta de ações mais concretas direcionadas ao seu enfrentamento contribuíram para que o número de usuários saltasse dos 30 mil dependentes em 2008 para 55 mil dependentes no ano de 2009. Um aumento de 80% de um ano para o outro, detectado pela Secretaria Estadual da Saúde. Nas clínicas particulares, estima-se que 70% dos atendimentos são relacionados a dependentes dessa droga, e, segundo os órgãos estaduais de segurança, o *crack* está por trás do desaparecimento de pessoas, da exploração sexual e da maior parte dos homicídios ocorridos em Porto Alegre no corrente ano.

Em recente entrevista, o delegado Bolívar Llantada, titular da Delegacia de Homicídios e Desaparecidos, chegou a afirmar: *o crack é uma droga que veio para dizimar a sociedade. Nós já tivemos usuários que ficaram dois, três, cinco dias numa boca de fumo, consumindo drogas. Um rapaz entregou a sua aliança de casamento, o seu celular e a roupa do corpo por causa do vício.*

Dados estarrecedores e chocantes, que só podem ser enfrentados a partir da mobilização do Poder Público e da sociedade como um todo. Secretarias e demais órgãos municipais, estaduais e federais, parlamentares, entidades representativas dos movimentos sociais, conselhos profissionais, empresas, meios de comunicação, entre outros, devem ser protagonistas deste processo. Por meio do envolvimento de todos esses atores, acreditamos ser possível avançar neste enfrentamento mediante a prevenção e o tratamento dos usuários.

Este é o sentido da Proposição que apresentamos. Queremos contribuir efetivamente neste processo de mobilização para o enfrentamento da maior epidemia que o nosso mundo já viveu por meio de ações locais, que poderão estar combinadas, ou reforçar as ações em nível estadual, federal e até mundial.

Nesse sentido, e nos mantendo aberto a ideias que possam contribuir com a consecução desses objetivos, rogamos aos nobres Pares pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2009.

VEREADOR ALDACIR JOSÉ OLIBONI

PROJETO DE LEI

Institui o Programa Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas, cria o Comitê Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas, declara o ano de 2010 como o Ano de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas.

Art. 2º O Programa instituído nesta Lei consiste no enfrentamento ao “crack” e a outras drogas por meio da execução e do acompanhamento de ações a serem articuladas entre o Poder Público e a sociedade civil.

Art. 3º O Programa Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas tem como objetivos:

I – estimular a mobilização da sociedade no enfrentamento da problemática das drogas;

II – informar, sensibilizar e conscientizar comunidades e estabelecimentos educacionais e comerciais, dentre outros, sobre os malefícios do “crack” e outras drogas e sobre a necessidade de adoção de medidas preventivas de seu enfrentamento;

III – desenvolver atividades de orientação, sensibilização, capacitação e educação continuada para profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública e segurança urbana sobre metodologias de identificação, abordagem e encaminhamento de usuários para seu tratamento;

IV – divulgar informações sobre os trâmites necessários ao encaminhamento dos usuários para tratamento na Rede Pública de Saúde;

V – obter informações atualizadas sobre:

a) pontos de venda e de consumo do “crack” e de outras drogas;

b) identificação de usuários; e

c) número de apreensões realizadas de “crack” e de outras drogas, discriminadas preferencialmente por regiões do Município de Porto Alegre;

VI – fornecer informações atualizadas, de forma centralizada, sobre:

a) encaminhamento de usuários para tratamento; e

b) número de leitos utilizados e disponíveis para o tratamento.

Art. 4º Fica criado o Comitê Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas, com a finalidade de formular, deliberar e acompanhar a execução de ações a serem realizadas por meio do Programa Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas.

Parágrafo único. O Comitê de que trata o “caput” deste artigo terá a participação do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 5º Terão garantia de representação no Comitê Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas:

I – os seguintes órgãos do Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Saúde;

b) Secretaria Municipal de Educação;

c) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana;

d) Secretaria Municipal da Juventude;

e) Fundação de Assistência Social e Cidadania;

f) Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local;

g) Secretaria Estadual da Saúde;

h) Secretaria Estadual da Justiça e do Desenvolvimento Social;

i) Secretaria Estadual da Segurança Pública;

j) Secretaria Estadual da Educação;

k) Ministério da Saúde;

l) Ministério da Educação;

m) Ministério da Justiça; e

n) Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul;

II – os seguintes Conselhos:

a) Conselho Municipal de Saúde;

b) Conselho Municipal de Assistência Social;

c) Conselho Municipal de Educação;

d) Conselho Municipal de Entorpecentes;

e) Conselho Municipal de Direitos Humanos;

f) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

g) Conselho Municipal de Justiça e Segurança;

h) Conselho do Orçamento Participativo; e

i) Conselho Tutelar;

III – as seguintes entidades e movimento da sociedade civil:

a) Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) União das Associações dos Moradores de Porto Alegre;

c) Central Única das Favelas;

d) Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio Grande do Sul; e

e) Central dos Movimentos Sociais.

Parágrafo único. Poderão ter representação no Comitê Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas, conforme critérios a serem estabelecidos por meio de regimento próprio, outros órgãos do Poder Público, organizações não governamentais, entidades e movimentos da sociedade civil e empresas.

Art. 6º O Comitê Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas elaborará, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua instalação, regimento estabelecendo:

I – o seu funcionamento;

II – o número de componentes;

III – os critérios para a adesão de novos componentes;

IV – a duração do mandato de seus componentes; e

V – a forma de escolha da sua coordenação.

Parágrafo único. O regimento deverá ter a aprovação da maioria absoluta dos componentes do Comitê.

Art. 7º O Comitê Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas será instalado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Art. 8º Fica declarado o ano de 2010 como o Ano de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas.

Parágrafo único. O planejamento e a realização de ações a serem desenvolvidas durante o ano de 2010 ficam a cargo do Comitê Municipal de Enfrentamento ao “Crack” e a Outras Drogas.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROC. N° 2575/09
PLL N° 108/09

/JCO